



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



2

Discurso na cerimônia de premiação das empresas vencedoras da 29ª edição do Anuário Melhores e Maiores

SÃO PAULO, SP, 3 DE JULHO DE 2002

Meu caro Governador e amigo, Geraldo Alckmin; Presidente e editor do Grupo Abril, e também meu amigo, Roberto Civita; Meus companheiros de mesa, que já foram tantas vezes citados; Senhoras e Senhores,

Primeiro, quero dizer que é, realmente, com muita satisfação e com uma ponta de emoção que venho aqui, nove anos depois da primeira vez que aqui estive. Eu mesmo não havia percebido que o tempo tinha passado tão rápido e que eu tinha perdido a ocasião de poder cumprimentá-los oito vezes.

Mas, hoje foi possível estar aqui e reconhecer esse imenso esforço que tem sido feito, pela *Revista Exame*, do Grupo Abril, para distinguir aqueles que merecem a distinção. E, mais uma vez, agora à noite, o que vimos foi isso.

E fiquei feliz, também, de ver o quanto existe de diversidade, nas premiações. Para começar, a diversidade regional. No passado, não se ouvia falar em empresário, senão em duas ou três capitais ou dois estados do Brasil.

Depois, a diversidade das empresas. Muitas delas eu não conhecia, nunca tinha ouvido falar e são premiadas. Isso é o Brasil. Há muita coisa boa que está sendo feita no Brasil que nós nem sabemos, ou nunca ouvimos falar, mas o Brasil continua avançando. Isso, aqui, é um exemplo desse Brasil que avança.

E, mais ainda, numa premiação que é feita – o Doutor Roberto me reafirmou e eu tenho certeza de que assim é – a partir de critérios absolutamente objetivos. Eu vi, com muita surpresa, que sou o representante do dono de duas ou três dessas empresas, que é o povo brasileiro. Empresas públicas, que receberam, aqui, a homenagem, numa competição com empresas privadas, porque elas são empresas e não são apenas estatais. São empresas, que funcionam com critérios de racionalidade, estão abertas ao mercado e são julgadas pelos seus pares.

Isso é um Brasil novo. Esse Brasil a que estamos assistindo, nesta noite, que se renova há tanto tempo, é um Brasil que, realmente, está ganhando outra forma. E essa outra forma – apraz-me repetir o que aqui foi dito – começa porque é um Brasil da liberdade, é um Brasil da democracia, é um Brasil do respeito à opinião de cada um de nós. Isso é condição necessária, no mundo contemporâneo, para que haja progresso. Progresso material, progresso social, progresso espiritual.

Sem que houvesse o enraizamento da liberdade no Brasil, nos nossos corações, sem que houvesse, nas nossas instituições, a consagração dos direitos e sem que houvesse, em nosso povo, um espírito de cobrança desses direitos, nós não teríamos caminhado como temos caminhado. Pelo menos não teríamos caminhado na forma pela qual nós temos caminhado.

Quando o Ministro Pedro Malan, há pouco, depois de ter recebido uma justa homenagem, se recordava do que se fez, nesses últimos anos, eu me recordei, também, das imensas discussões que nós travamos, quando no período da formação do Real.

Malan era presidente do Banco Central – de um certo momento em diante pois, antes, era representante nosso na negociação da dívida externa. E eu fui nomeado, repentinamente, como todos sabem, Ministro da Fazenda, por muito pouco tempo e com muita angústia, porque

a inflação galopava. Anualizada, naquele ano, chegaria a 4, 5 mil por cento. É muito difícil fazer qualquer coisa quando a inflação assume essas características de hiperinflação.

Nas discussões imensas que nós travamos, com muita liberdade, também, entre nós e com a colaboração de muitos brasileiros, que são dignos, realmente, de mérito e de reconhecimento, houve uma que eu repto a mais importante, que era o caminho a seguir, para combater a inflação.

Muitas tentativas anteriores haviam sido feitas. Alguns dos que pertenciam à nossa equipe de trabalho haviam, também, pertencido a outras equipes, notadamente do Plano Cruzado e sabiam das dificuldades.

A grande discussão era: como proceder. E a decisão foi: vamos proceder contando ao País o que se vai fazer. Essa, talvez, seja a característica mais marcante do chamado Plano Real. Naquela época chamava-se Plano FHC, porque não se sabia se ia dar certo ou não; diziam que tinha nome de remédio, de detergente. Depois, com o tempo, o plano foi ficando bonito e virou Real. Está bem. Mas a dúvida era como proceder. E nós decidimos isso: vamos explicar ao país.

Eu confesso que essa decisão foi uma decisão, naquele momento, ousada. Porque todas as experiências anteriores eram tecnocráticas. Nós ainda vínhamo de um ressaibo autoritário muito forte, em que tudo se decidia e se sabia, quando se sabia, pelo *Diário Oficial* ou pelos jornais.

Depois, continuava um certo temor reverencial, um medo mesmo, do povo: “Não se pode dizer, porque alguém vai especular, porque não vão entender, porque vai frustrar, porque a imprensa não vai publicar direito, porque vai criticar.” E a nossa decisão foi: “Vamos explicar.”

E, basicamente, levamos meses explicando. Primeiro, ao próprio Governo, que não entendia; depois ao Congresso que, tampouco, entendia. E, em geral, ao país. O País entendeu. E entendeu uma coisa dificílima, que era a tal de URV – Unidade de Referência de Valor, que era uma moeda que não existia, uma espécie de ectoplasma. Mas, esse ectoplasma diz: “Vai tomar corpo. O espírito vai baixar, vai tomar corpo.”

Bom, o povo, quando percebeu do que se tratava, aderiu imediatamente. E em questão de uma, duas, três semanas já se sabia que a

população tinha entendido e passava a se comportar com referência a uma moeda que não existia. Isso, por causa da democracia. Porque fomos levados a acreditar na democracia, no valor da democracia e, ao invés de tomarmos uma fórmula muito complexa, que ninguém ia entender – e quando tentamos tomar, mais recentemente, não deu certo; quando se usam nomes muito complicados para explicar coisas simples, não funciona. Então, a verdade é que, desde o início, o renascimento da crença na possibilidade de uma moeda que inspire segurança vem junto com a democracia.

Não é qualquer segurança. Não é a segurança em que os bem-esclarecidos, os bem-pensantes crêem e impingem à população, aos empresários, aos trabalhadores, à classe média, a quem seja, como uma verdade absoluta. Não. É a segurança que vem do conhecimento do porquê das coisas.

Continuo pensando nisso até hoje. Acho que o mais importante é explicar. Mesmo nos momentos mais difíceis, se se explica bem e a população entende, é possível avançar.

A base de tudo no Brasil, dessa retomada de esperança, veio da crença na democracia. É claro que temos muitas imperfeições democráticas. Quem tem a experiência que tenho de ser ex-Senador por tantos anos por São Paulo, de Ministro do Exterior, Ministro da Fazenda, Presidente da República por quase oito anos, alguém que teve um papel bastante central nos dois anos anteriores, portanto, quase dez anos, sabe das dificuldades imensas.

Mas, apesar delas, avançamos democraticamente no Congresso. Fala-se tanto em reformas – eu mesmo. E acho importantíssimo. E é preciso continuar fazendo reformas. Mas uma coisa é fazer reforma quando se tem um poder discricionário. Vai mais depressa, mas não creio que dure, não creio que perdure, porque não entra na consciência das pessoas. Outra coisa é tentar reformar o país discutindo. É muito complicado.

Vamos tomar uma reforma querida de todos aqui: a Reforma Tributária. Que dificuldade! Ainda na semana passada, estávamos lá tentando aprovar a reforma. Não conseguimos. Não que não quiséssemos. Queríamos, e muito, e queremos ainda. Mas acontece que, quando se

fala em reforma, é uma questão abstrata. Na prática, há interesses enraizados. Uns vão ganhar, outros vão perder. E ninguém quer perder. Todos querem ganhar, como é natural. Então, a questão é mais difícil. Sem uma imposição é mais difícil. Com imposição não dá certo.

O “ser mais difícil” não deve fazer com que desanimemos. Deve levar-nos a tentar motivar mais e insistir na reforma. É o caso da Reforma Tributária.

Eu, como sou otimista, não perdi as esperanças de que, ainda até o final do meu mandato, eu acabe com os impostos em cascata, como o PIS, com um caminho aberto para se terminar com a Cofins também. Depende do quanto nós agüentarmos porque, às vezes, como dizem, na solidão do Palácio do Planalto – o Alvorada é mais solitário ainda - fico olhando em volta quem é que está no Congresso pressionando, porque os interesses enraizados que defendem o *status quo* mais facilmente se manifestam. Os interesses pela renovação têm muito mais dificuldade em obter aliados. Então, é difícil, se não houver, realmente, uma mobilização para que se avance em qualquer matéria. Referi-me à Reforma Tributária porque é uma questão importante.

Muitas coisas puderam ser feitas. Algumas fizemos. Concordo que, talvez, a maior dificuldade e o que me deixa menos satisfeito com o que pudemos fazer nesses anos foi, não apenas a reforma tributária, mas a Reforma Previdenciária. É escandaloso. É escandaloso que não tenhamos conseguido avançar nem na aprovação, agora, do PL-9. Para quem não sabe, o PL-9 se refere a um Projeto de Lei Complementar que está no Congresso e que, depois de já aprovada uma reforma constitucional, permite que os funcionários públicos que ingressem agora no serviço público tenham um regime que não seja o atual, que gera um déficit direto de uns 25 bilhões de reais por ano. Pelo regime atual, quem se aposenta a partir de um certo período de trabalho, independentemente da idade da pessoa, a aposentadoria é integral.

Com a aprovação do chamado fator previdenciário do setor privado, ou seja, com uma mistura entre o tempo de contribuição – portanto, o tempo de trabalho – e a idade da pessoa, permitiu-se que houvesse cálculos que foram feitos por vários agentes internacionais que mos-

tram que no setor privado, o INSS, nos próximos 30 anos, tem uma possibilidade de baixar a sua dívida e não de aumentar. No setor público, não. No setor público vai aumentar galopantemente. E não se aprovou o PL-9.

E ouvi quantas pessoas dizerem que não era possível aprovar porque tem eleição agora. Realmente fico pasmado: por que tem eleição agora? Eu tinha eleição em 98 e disse que ia ao Fundo Monetário International, antes das eleições. Toda gente sabe que ninguém gosta de ir ao Fundo, porque o remédio é amargo. Mas, se o paciente está mal, tem que se dizer o que vai ser feito. Não entendo essa lógica eleitoral. E posso dizer com autoridade. Ganhei muitas eleições no Brasil e nunca deixei de dizer o que ia fazer. E, muitas vezes, o que eu disse que ia fazer não era do agrado dos setores organizados que têm eco, que fazem muito barulho, que destorcem os nossos propósitos e que bloqueiam, muitas vezes, o avanço desses propósitos.

É preciso continuar com esse espírito de reforma. O que foi dito aqui é absolutamente verdadeiro. Mas, além disso, na democracia, apesar do que estou mostrando, as dificuldades normais de uma democracia não são anormais. É assim em toda parte. Reforma Tributária, Reforma da Previdência, na Itália, na Alemanha, nos Estados Unidos, em toda parte, não é fácil. Mas, apesar disso, creio que houve algumas outras modificações que me parece merecerem uma certa consideração neste momento, aqui, em que estamos, de alguma maneira, discutindo o futuro e a partir do que se construirá esse futuro.

Ouvi, muitas vezes – e, até certo ponto, me incomoda dizer: “O Governo ou o Plano Real garantiu a estabilidade, mas não fez nada pelo social.” Não há engano maior do que este. Uma vez, numa reunião em que estive, no BNDES – Doutor Francisco Gros estava presente, creio – projetei dados dos últimos 20 anos. A economia brasileira, nesses 20 anos fez ziguezagues: cresceu, decresceu, cresceu, decresceu. Os dados sociais todos crescem, incessantemente. Quais são os dados sociais? Educação, saúde, acesso a terra, assistência social. Em todas essas áreas, crescem. Com o Plano Real, nós aceleramos esse crescimento naquilo que é essencial e que as crianças, de maneira tão espontânea, tão bonita,

disseram há pouco que é educação. Com o Plano Real, o que se fez foi estender a educação aos mais pobres, dar acesso.

Hoje, no Brasil, estamos com acesso quase universal ao ensino primário – quase universal: 96%, 97%. Isto é um dado importante. Mas nós partíamos, no começo da década, provavelmente, de uns 91%, 92%, até um pouquinho mais. Mas, quando se olham os livros, por exemplo, aí, era só 75% e, hoje, 93%. Ou seja, o acesso foi dado àqueles que mais necessitam. A classe média e a classe média alta já tinham acesso à instrução.

De toda maneira, com isso, se reduziu o analfabetismo de uma maneira bastante sensível. Passamos de 19% de analfabetos, em 91, para 13%, no ano 2000. Isso significa que, havendo acesso à escola e estando já a massa daqueles que eram analfabetos – me refiro já aos maiores de 14 anos ou 16 anos, não me recordo – dessa maneira, podemos dizer que, dentro de pouco tempo, acabaremos com o analfabetismo no Brasil. E isso não é retórica, não é promessa de campanha, como dizem outros por aí: “Eu vou fazer isso, fazer aquilo” e não dizem como. Nós já fizemos. Já estão nas escolas as crianças. Então, com o passar do tempo, essa nódoa do Brasil, que era o analfabetismo, acaba.

Pode parecer pouco e pode parecer estranho que o Presidente da República fique feliz porque está acabando com o analfabetismo, que é uma coisa que devia ter acabado há muito tempo. Mas, lá pelos anos 30, deveríamos ter aqui, no Brasil, mais analfabetos do que alfabetizados. Eu nasci em 31. Portanto, quando nasci, havia mais analfabetos que alfabetizados no Brasil. Então, é por esta razão que recuperamos um atraso grande e é possível dizer que, na área social, tem-se avançado e avançado sensivelmente, atendendo aos mais necessitados.

Não vou cansá-los com números, mas há muitos números na área social que mostram isso, como queda da mortalidade infantil, aumento da esperança de vida, acesso ao médico de família para 50 milhões de pessoas. Eram 28 mil agentes comunitários. Hoje, são 152 mil, em um Brasil que nós, aqui, não sabemos nem dos ecos, que é o Brasil do fundão, das áreas mais pobres do interior ou das pobres cidades, que estavam quase morrendo e que, agora, sobrevivem graças à aposenta-

doria, ao INSS e graças ao fato de que temos um conjunto de programas que permite que essas famílias possam ter alguma esperança de melhoria.

Há o Bolsa-Escola, que hoje atende cerca de 9 milhões de crianças. Temos 35 milhões ou 36 milhões nas escolas e 9 milhões recebem uma pequena bolsa. Só o Bolsa-Escola já produz um efeito muito importante nas áreas mais pobres do Brasil. E há uma demanda imensa por esse programa, que é um programa que se faz de uma maneira bastante eficiente, porque é através de um cartão magnético que é dado à mãe de família, sem intermediação política, sem pistolão, sem vereador, sem prefeito, sem governador, sem Presidente da República, nada: direito de cidadania.

Então, isto está havendo no país. Assim como estamos assistindo aqui a uma rede de empresas, de empresas competentes, existe uma rede social que atende, neste momento, àqueles que mais necessitam.

Claro, dir-se-á – e aqui foi dito por uma criança, o que é interessante: “Há desigualdade”. Isso é muito importante porque hoje, no Brasil, quase nunca há um discurso ou um artigo sem referência à desigualdade. Não era assim no passado. A desigualdade era um fato natural. Agora, passa a ser questionado. Não está resolvido, mas está questionado.

E quando se vê a distribuição de renda, o famoso Coeficiente Gini, poderia até argumentar: “Melhorou um pouquinho”. Não adianta nada, porque melhorou muito pouco. Só que o Coeficiente Gini não incorpora os 30 bilhões de reais que estão sendo distribuídos, através dos nove programas sociais, que têm amplo alcance – o de Erradicação do Trabalho Infantil, a Bolsa-Alimentação, a Bolsa-Escola, o Pronaf, e assim por diante. Um conjunto de programas – o Pronaf nem entra nisso, está um pouco fora desta linha – um conjunto de programas sociais que distribuem 30 bilhões de reais.

Para sermos concretos: 30 bilhões de reais é tudo – e grifo “tudo” – que a União recolhe de Imposto de Renda, tanto da pessoa física quanto da pessoa jurídica. Eu não sei como se redistribui renda, via Governo, se você toma um Imposto de Renda e dá para os mais pobres. Não se chama isso de distribuição de renda? Chama-se o quê?